



Aos

Exmo. Sr. Presidente da República,
Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação e a
Sociedade Brasileira.

CARTA ABERTA

O Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), lançou o *Programa Universidade para Todos*, que pretende aumentar o número de vagas públicas de ensino superior pela estatização de 25% das vagas em instituições particulares. A proposta é apresentada pelo Ministro da Educação, Tarso Genro, como uma "medida emergencial", em face de grande e crescente demanda, sobretudo, das camadas de mais baixa renda, das populações negra e indígena, do movimento negro, dos deficientes físicos e portadores de necessidades especiais e outros grupos sociais. Segundo o MEC, "*Ficam isentas de impostos e contribuições federais as instituições de ensino superior, com ou sem fins lucrativos, que aderirem ao Programa Universidade para Todos*"; "*As instituições que aderirem ao programa devem oferecer gratuitamente 25% de suas vagas para o MEC*"; e, o público-alvo são "*Estudantes de famílias de baixa renda provenientes da rede pública de ensino básico*", "*Beneficiários da política de cotas*" e "*Portadores de necessidades especiais*".

Nós, do Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), consideramos importante a preocupação do governo e apoiamos a idéia básica de ampliação das vagas no ensino superior. Entretanto, temos preocupações, tanto em relação ao programa proposto, quanto em relação à proposta de Reforma Universitária. Queremos ressaltar os seguintes pontos:

1) Como nas reformas anteriores (Previdência e Fiscal) e nas reformas em andamento (Política e Trabalhista), a proposta de Reforma Universitária carece de democracia em seu processo de discussão e elaboração. Discordamos da forma como o governo vem conduzindo este processo e achamos fundamental que haja ampliação do debate, que deve buscar a participação de outros setores, além do governo, dos empresários, da Igreja Católica e do setor acadêmico. Para isso, propomos que sejam instituídos fóruns locais e regionais de discussão, para que sejam ouvidos outros setores, como, por exemplo, os diversos grupos e organizações do Movimento de Pré-vestibulares Populares.

2) Em relação ao *Programa Universidade para Todos*, discordamos da forma como está proposto. Consideramos a importância do caráter emergencial do Programa, pois conhecemos muito bem o tamanho da demanda das classes populares e dos grupos sociais histórica e socialmente marginalizados pelo acesso ao ensino superior, que é, na letra da lei, *Direito de Todos*. Entretanto, como está proposto o Programa pode aprofundar as desigualdades sociais, na medida em que se sugere que as vagas estatizadas, nas instituições particulares, sejam para negros, indígenas, portadores de necessidades especiais, ex-presidiários e pessoas de famílias de baixa renda. Todos conhecemos as dificuldades (em certos casos a falta de compromisso) das instituições particulares em manter um ensino de qualidade articulado à pesquisa. Para nós, é importante, urgente e fundamental, com vistas ao desejado processo de democratização e universalização do ensino superior, que o governo abra uma discussão e

considere a importância de uma política de cotas, tanto para ocupação das vagas a serem estatizadas, quanto para ocupação as vagas nas universidades estatais, as quais pensamos adequados, no mínimo, 50% das vagas para os grupos desprivilegiados e discriminados. É fundamental, também, que o Programa tenha uma política de ocupação das vagas ociosas nas universidades estatais, prioritariamente, destinadas aos grupos sociais marginalizados; é fundamental, ainda, que o Programa considere outras formas de acesso, além do vestibular (por exemplo, um processo de avaliação de desempenho no ensino médio); que elabore política de permanência (bolsas, assistência estudantil, etc), nos dois grupos de vagas. E, dado seu "caráter emergencial", o Programa deve vigorar por um período de tempo determinado, juntamente com um processo de publicização das universidades estatais.

3) Discordamos dos benefícios que as instituições particulares receberão por aderir ao Programa. É preciso explicar melhor, por exemplo, por que as instituições privadas, com fins lucrativos, terão até 100% de isenção fiscal, tendo em vista que as vagas estatizadas serão pagas pelo FIES. Neste caso, a instituição receberá do FIES e o aluno, depois de formado, terá que reembolsá-lo, de acordo com as normas do FIES?

4) Discordamos da proposta de assinatura de uma Medida Provisória, na próxima semana, pois consideramos que o Programa deve ser mais discutido. Solicitamos que seja dado um tempo maior para a assinatura da medida.

5) Propomos que o governo retome o debate sobre Políticas de Ação Afirmativa, trazendo as universidades estatais para a discussão, pois, não temos dúvida que essa é uma das medidas para torná-las públicas. Não sabemos se falta uma estratégia ao governo, nessa área, ou se a estratégia é evitar essa discussão. Uma sugestão para o governo mostrar que tem compromisso ético é trabalhar para a aprovação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei número 213/2003, de autoria do Senador Paulo Paim (PT), que institui o Estatuto da Igualdade Racial, com o mesmo empenho em relação aos Estatutos dos Idosos e do Desarmamento. *Políticas de Ação Afirmativa constituem um tema para a chamada Agenda Positiva.* Infelizmente, o órgão criado para isso, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, não consegue cumprir o papel para o qual foi instituída, talvez, porque não tenha nenhum papel a ser cumprido, pois não é um órgão executor de políticas e não tem ingerência sobre os ministérios. O que a população negra ainda reclama, mais de um século após a abolição do escravismo, é por políticas e investimentos concretos e não por uma secretaria que sequer consegue ampliar o debate e colocar um tema na agenda estratégica do governo.

Universalizar o direito à universidade é tão estratégico para o país quanto zerar a fome e zerar o desemprego. Nossa experiência cotidiana nos mostra que o melhor "primeiro emprego" para uma juventude sem perspectivas é a educação; e que a melhor atitude contra atitudes racistas, que matam pessoas que "não parecem ser dentistas" ou que expulsam pessoas de shopping por que "não têm perfil de consumidor", é a instituição de ações afirmativas que contribuam para modificar as visões preconceituosas das nossas instituições e da sociedade, em geral; e que democratizem o conhecimento, o acesso aos serviços essenciais e o acesso à renda digna. As preocupações, discordâncias e propostas do PVNC aqui expostas levam em consideração que, no Brasil, o caminho da mudança começa pelo combate às desigualdades.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2004.

MOVIMENTO PRÉ-VESTIBULAR PARA NEGROS E CARENTES

pvnc@bol.com.br

www.pvnc.org